



284

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO Nº 0114565-14. 2009.8.17.0001 (0307229-9)

APELANTE: Valdomiro da Silva Bonfim

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. LEGÍTIMA DEFESA DO REU. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DUAS VERSÕES. DECISÃO DOS JURADOS EM CONSONÂNCIA COM O ACERVO PROBATÓRIO. SOBERANIA DO JÚRI. RECURSO IMPROVIDO.

1. As decisões proferidas pelo Tribunal do Júri não podem ser alteradas, relativamente ao mérito, pela instância *ad quem*, podendo, tão somente, dentro das hipóteses previstas no art. 593, do Código de Processo Penal, serem cassadas para que novo julgamento seja efetuado pelo Conselho de Sentença, sob pena de se usurpar a soberania do Júri.

2. Se o Tribunal Popular, não decidiu de forma arbitrária, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, ao contrário, apenas escolheu uma entre as versões consubstanciadas no conjunto probatório, não há como prosperar o pedido de anulação do julgamento.

3. Recurso improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0114565-14.2009.8.17.0001 (0307229-9), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em negar provimento ao presente recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO Nº 0114565-14.2009.8.17.0001 (0307229-9)

APELANTE: Valdomiro da Silva Bonfim

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Valdomiro da Silva Bonfim**, com fulcro no art. 593, inciso III, alínea “d” do Código de Processo Penal, contra decisão do Conselho de Sentença do Segundo Tribunal do Júri da Capital/PE, que o condenou por infração ao art. 121, §2º, IV, e art. 129, *caput*, ambos do Código Penal (homicídio qualificado pelo uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima e lesão corporal), sendo-lhe aplicada a pena definitiva de 15 (quinze) anos de reclusão e 06 (seis) meses de detenção, a primeira ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Nas razões de fls. 241/246, a Defesa pede a anulação do julgamento, sob o fundamento de que a decisão dos jurados foi contrária à prova dos autos. Alega, em síntese, que a condenação pelo homicídio não poderia subsistir, uma vez que o recorrente não teve a intenção de matar a vítima, mas apenas de lesioná-la.

Às fls. 253/255, o *Parquet* apresentou suas contrarrazões, pugnando pela manutenção do julgamento.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Norma Mendonça Galvão de carvalho (fl. 274), opinou pelo improvimento do recurso, ratificando parecer anteriormente exarado nos autos (fls. 258/259).

É o relatório. À Revisão.

Recife, 10 de Março de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



285

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO Nº 0114565-14. 2009.8.17.0001 (0307229-9)

APELANTE: Valdomiro da Silva Bonfim

APELADO: Ministério Público do estado de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.

Como consta no relatório, por meio do presente recurso **Valdomiro da Silva Bonfim**, o “**Miro**”, visa à anulação da decisão proferida pelo Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri da Capital/PE, que o condenou como incurso no art. 121, §2º, IV, e art. 129, ambos do Código Penal (homicídio qualificado e lesão corporal), alegando, em síntese, que a decisão dos jurados foi proferida em manifesta contrariedade à prova dos autos.

Inicialmente, vejo que a Ilma. Defensora, equivocadamente aponta que o réu fora condenado por homicídio tentado e consumado, aduzindo que tanto o pedido de desclassificação do homicídio consumado para lesão corporal seguida de morte, como o de desclassificação da tentativa de homicídio para lesão simples, não foram acolhidos pelo Tribunal do Júri.

Todavia, diferentemente do que afirma a Defensora, verifico que ao fim do *judicium causae* o Conselho de Sentença decidiu condenar o apelante pelos delitos de homicídio qualificado pelo uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima e por lesão corporal.

Sendo assim, percebe-se que o pleito de desclassificação formulado pela Defesa no que tange à tentativa de homicídio foi acolhida pelo júri, razão porque entendo que a alegação de decisão contrária às provas dos autos deve ser enfrentada apenas quanto ao homicídio qualificado consumado.

Vejamos, então.



286

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

O Ministério Público acusou o apelante de ser o responsável pela morte de Ricardo Trajano da Cunha e pela Lesão sofrida por Rafael Viegas.

Segundo consta na denúncia (fls. 02/04), *“no dia 22 de outubro de 2007, por volta das 17h30, o denunciado acima nominado esfaqueou a vítima Ricardo Trajano da Cunha – com um golpe de faca peixeira no abdômen, ferindo-a mortalmente, consoante descrição das lesões na perícia tanatoscópica acostada às fls.”*.

De acordo com a exordial acusatória, *“o denunciado, juntamente com mais dois amigos, encontrava-se bebendo no Bar da Lia, situado na Rua Central, no bairro de afogados, nesta cidade, quando em dado momento, saiu à procura de um de seus amigos, pedalando uma bicicleta, perguntando pelo mesmo a um vizinho deste amigo que se encontrava na esquina da Avenida Central com a Rua Araguaia. Ao responder que não sabia, dito vizinho foi agredido à faca pelo denunciado no flanco esquerdo, por baixo do braço, na região das costelas, segundo declarações do mesmo (Rafael Viegas Barbosa) às fls. 20/21”*.

Infere-se dos autos que o denunciado primeiramente dirigiu sua ira contra Rafael Viegas, atingindo-o no braço. Todavia, como este escapou, o apelante então resolveu atacar Ricardo Trajano da Cunha, dando-lhe um golpe no abdômen que, tamanha a violência, deixou expostas as víceras da vítima.

A materialidade delitiva encontra-se devidamente comprovada nos autos pela perícia tanatoscópica de fl. 45.

A autoria também é incontroversa, porquanto o apelante admitiu a prática do fato em todas as oportunidades em que foi ouvido (fls. 171/173 e 217/218), alegando, entretanto, ter agido em legítima defesa real contra a vítima Rafael Viegas e legítima defesa putativa em relação à vítima Ricardo Trajano da Cunha.

No seu interrogatório (fls. 171/173), alegou o apelante que a vítima Ricardo Viegas, juntamente com um grupo, passou a lhe agredir, tendo ele apenas se defendido. Vejam:

“QUE trabalha como auxiliar de eletricista na empresa Jorge Costa engenharia; QUE teve um relacionamento anterior do



287

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

qual tem um filho de nove anos, mas atualmente é casado com Maria de Fátima com a qual tem um filho de um ano e sete meses; QUE nunca foi preso, nem processado por outro fato; QUE apenas uma vez foi detido em um pagode, mas logo foi liberado; QUE os fatos havidos entre o acusado e Rafael e Ricardo se deram na mesma hora e lugar; QUE os agrediu para se defender; QUE no dia do fato saiu do trabalho na companhia de Chico e foram “tomar uma”, tendo Chico lhe convidado para ir na casa dele; QUE ao chegar na casa de Chico viu que era uma palafita, tendo inclusive, se oferecido para ajuda-lo a reforma-la; QUE ao sair da casa de Chico passou na frente de um grupinho, tendo um deles perguntado a Chico quem era a sua pessoa; QUE respondeu para o grupo e Chico confirmou que trabalhava no cais do porto, no armazém 17, como arrumador; QUE um deles perguntou qual era a sua matrícula, tendo respondido que era 11.944; QUE o grupo começou a lhe agredir verbalmente, tendo um deles partido para agredir fisicamente, foi quando o depoente atolou a faca nele; QUE a vitima fatal neste momento se aproximou, perguntou o que estava havendo, e começou a levantar a camisa; QUE o depoente, temendo que fosse ser também agredido pela vitima fatal, atolou a faca nele; QUE alguém do grupo deu o telefone do depoente para a família da vitima fatal e assim passaram a telefonar, por mais de um mês, dizendo que era para o depoente ir trabalhar; QUE um carro branco e depois um preto passou a rondar a casa de seus familiares, tendo uma das pessoas que estava no carro perguntado a sua irmã e a sua sobrinha por sua pessoa; QUE elas perguntaram o que eles queria com sua pessoa, recebendo a resposta de que “só com ele mesmo”; QUE ficou sabendo por alto que o pai da vitima fatal disse que se o depoente fosse preso iria mandar matá-lo; QUE não é de seu conhecimento que Chico use drogas, sabe apenas que ele bebia; QUE não sabe se Chico tem rixa com os meninos; QUE Rafael lhe jurou de morte, não pessoalmente, ficou sabendo disso através de outras pessoas; QUE conhece Francisco Wagner se for a pessoa de Chico; QUE conhece Jaqueline, sua irmã; QUE conhece Marcelo Joaquim, é seu cunhado; QUE conhecia a testemunha Ricardo



288

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Trajano de vista, antes mesmo do fato; QUE conheceu João Pedro no dia do fato; QUE não conhecia Rafael Viegas; QUE tem contra as testemunhas o que falou acima; QUE fica com medo também da sua família; QUE o estilete com o qual feriu a vítima se encontrava dentro da sua bolsa; QUE usava esse estilete sempre na hora do almoço para cortar frutas; QUE conhecia a vítima fatal, pois ela vivia muito com seu primo; QUE até o dia do fato nunca teve desavença com a vítima fatal e nem com Rafael. **Terminado o interrogatório, perguntou o M.M Juiz ao acusado se ele tinha algo a acrescentar a sua defesa, tendo ele dito:** “ QUE não é verdadeiro que tenha passado pela manhã dizendo que ia matar uma pessoa; QUE não bebeu naquele dia no bar da Lia, mas em uma barraca próxima da casa de Chico e de João. *Dada a palavra ao Ministério Público, às suas perguntas respondeu QUE* Chico não presenciou o fato, pois já tinha saído; QUE a vítima fatal levantou a camisa até o meio da barriga; QUE retifica dizendo que a vítima ameaçou levantar a camisa apenas; QUE se ele tivesse levantado até o meio da barriga teria visto que ela não estava armada; QUE a vítima estava a quase dois metros do depoente quando ameaçou levantar a camisa; QUE a vítima ameaçou levantar a camisa com duas mãos; QUE enquanto a vítima ameaçava levantar a camisa aproximava-se do depoente; QUE o fato ocorreu quando o dia ainda estava meio claro, mas já estava começando a escurecer; QUE começou a beber depois que largou do trabalho, por volta das 14h; QUE só beberam cerveja, acha que umas dez garrafas; QUE Rafael chegou bem pertinho do depoente, chegando a lhe tocar; QUE Jaqueline não estava presente na ocasião”

Perante o Júri o apelado sustentou a mesma versão, muito embora tenha dito que Rafael Viegas partiu para agredi-lo porque ele seria de outro Bairro, com o qual os moradores dali não mantinham boas relações.

Contudo, ao analisar o acervo probatório, conclui-se que a versão apresentada pelo acusado não é a única presente nos autos. A versão defendida pelo Ministério Público e acolhida pelo Conselho de Sentença encontra-se fartamente embasa, isolando, inclusive, aquela trazida pelo apelante.



289

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Rafael Viegas, em depoimento firme e coerente, desde o inquérito policial vem afirmando que o denunciado, no dia do fato, depois de perguntar pela pessoa de "Chico", com quem bebia momentos antes, passou a atacar as pessoas gratuitamente. São suas palavras (167):

"QUE confirma integralmente o depoimento que prestou as fls. 24/26; QUE a pessoa que desferiu os golpes com a faca contra o depoente e assassinou a vítima destes autos é o acusado aqui presente; QUE depois de perguntar por Chico e passar a desferir golpes contra o depoente o acusado nada dizia; QUE não sabe dizer se o acusado conhecia Chico; QUE não conversou com Chico durante todo esse tempo; QUE depois deste fato ouviu relatos de que o acusado já agrediu outras pessoas inclusive com tesoura; QUE no momento que o depoente foi agredido pelo acusado ele estava bebendo no bar de Lia; QUE não sabe dizer se antes o acusado havia bebido; QUE não tem conhecimento se o acusado usa drogas. **Dada a palavra a Defesa, às suas perguntas respondeu QUE** na época do fato morava próximo da casa de Chico; QUE não viu o acusado na casa de Chico; QUE na ocasião não estava bebendo no bar de Lia, estava conversando com amigos em frente da oficina do tio da vítima fatal; QUE quando o depoente estava conversando com amigos Chico passou indo para a outra rua, porém não fez comentários; QUE depois o acusado chegou perguntando por Chico; QUE era um dia de semana porém não sabe dizer qual; QUE na época do fato estava desempregado, mas antes trabalhava como segurança de rua; QUE conhece João e ele mora perto da casa de Chico; QUE João também passou pelo depoente indo para casa dele; QUE João é seu tio; QUE João nunca comentou com o depoente sobre o que ocorreu com Miro e Chico; QUE desde o fato não viu mais Chico, pois ele mudou do local; QUE Ricardo era um menino excelente, não tinha maldade com ninguém. **O MM. Juiz de Direito não fez perguntas.**

A tia da vítima Ricardo Trajano encontrava-se próxima ao local do fato e viu quando o denunciado golpeou o seu sobrinho, não relatando qualquer ação que justificasse a suposta legítima defesa putativa. Vejamos (168):



290

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

“QUE quem matou seu sobrinho foi Valdomiro, o acusado aqui presente; Que presenciou o crime; **QUE seu sobrinho tinha largado do trabalho, da oficina onde trabalhava, e vinha andando normalmente rodando a camisa com o braço, quando cruzou com o acusado aqui presente e este, repentinamente, cortou o abdômen da vítima; QUE a depoente estava sentada na calçada da sua vizinha e tudo viu; QUE após seu sobrinho ser cortado, falou para a depoente que tinha acabado de ser furado por um rapaz que não conhecia; QUE quando olhou para o seu sobrinho, já viu ele com as víceras de fora e pedindo para não deixar que ele morresse; QUE não conhecia o acusado e nunca tinha ouvido falar dele; QUE logo depois do crime alguém da multidão curiosa disse que o acusado, ao correr para o lado da Souza Cruz jogou a faca em cima da casa de alguém; QUE o dono da casa onde foi jogada a faca se chama Albino; QUE antes de matar o seu sobrinho, ouviu dizer que o acusado tentou matar Rafael, porém não sabe por qual motivo; QUE foi o próprio Rafael quem lhe deu essa informação; QUE não sabe dizer se houve briga no bar; QUE conhece Chico; QUE não sabe dizer se o acusado perguntou a Rafael sobre Chico; QUE Chico, antes e depois da mãe morrer, vendia mungunzá; QUE depois Chico passou a usar droga, mas também foi trabalhar no cais do porto; QUE Rafael não lhe disse o motivo pelo qual o acusado o agrediu; QUE até hoje não deu depoimento na polícia; QUE quando seu sobrinho foi morto a depoente estava providenciando o enterro dele quando o escrivão a chamou para prestar depoimento, porém a depoente disse que naquele momento não podia, mas poderia ir em outro; QUE depois foi a delegacia, mais uma vez, mas o escrivão estava ocupado e assim, até a data de hoje, não prestou depoimento; QUE a vítima não lhe disse que o acusado lhe disse alguma coisa enquanto lhe agredia; QUE seu sobrinho trabalhava com serralheiro; QUE seu sobrinho também estudava no Amaurilio Medeiros; QUE seu sobrinho tinha um bom comportamento. Dada a palavra a Defesa, às suas perguntas respondeu QUE não sabe dizer se houve briga do acusado com Rafael, mas o boato é que ele foi matar Rafael; QUE não vinha**

7



291

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

ninguém correndo atrás do acusado; **QUE viu dois homens correndo dizendo: “vem um homem ai com uma faca!”**, mas isso antes do acusado esfaquear seu sobrinho; QUE depois que os rapazes passaram no beco o acusado ficou parado na entrada do beco, até que seu sobrinho veio e ao passar por ele foi esfaqueado; QUE um rapaz chamado cobra lhe disse que no dia do fato o acusado chegou em uma bicicleta e ficou lhe arrodando, tendo Cobra perguntado o que estava havendo, ao que o acusado respondeu que iria matar um agora mesmo.”

Como se vê, a testemunha ocular do homicídio informou que no momento da agressão não tinha ninguém correndo atrás do denunciado. Pelo contrário, afirmou que um pouco antes passaram dois homens avisando que um homem com uma faca vinha naquela direção.

A testemunha João Pedro da Silva, que também estava bebendo com o apelante no dia do fato, juntamente com “Chico”, ratificou em juízo (fl. 166) tudo o que havia dito na fase inquisitorial quando relatou que em dado momento o denunciado havia se queixado de que estava ouvindo graças naquele lugar, o que nos faz crer que as agressões, na verdade, foram uma retaliação (fls. 19/20):

“QUE, este declarante afirma que no dia 22/10/2007, por volta das 15:00 horas, saiu do armazém 17, no Cais de Santa Rita, Recife/PE, onde trabalha como arrumador; Que, não é registrado, trabalhando, como muitos outros sem carteira assinada; Que, ao sair do trabalho, estava em companhia de MIRO e CHICO, tendo ido beber em uma barraca próxima ao trabalho, onde demoraram pouco, indo em seguida beber neste bairro de Afogados, Recife-PE, no bar de Lia; Que, ficaram em uma mesa na calçada do bar, este declarante, o Miro e o Chico; Que, este declarante, falou com a dona do bar, a Lia, para ela servir três cervejas, fiado, pois, pagaria no outro dia, onde foi servido; Que, em dado momento, o Miro e o Chico, se levantaram para ir ao banheiro, que fica já perto da casa deste declarante, e ao retornarem, o Miro falou para o Chico, “TU ME TROUXESSE PARA AQUI PRA TA OUVINDO GRAÇA” (...). (grifo nosso).



292

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Como se percebe, no caso em comento há duas versões a respeito do ocorrido: a da Acusação, no sentido de que o réu atingiu as vítimas sem que houvesse justificativa; e da Defesa, segundo a qual o recorrente agiu em legítima defesa real contra a vítima Rafael Viegas e putativa em relação à Ricardo Trajano.

Verifica-se, igualmente, que ambas as versões encontram amparo na prova carreada aos autos, embora, como antes referido, a da defesa, quase que unicamente, no interrogatório do réu.

Lado outro, em relação à legítima defesa, sabe-se que a configuração desta excludente de ilicitude depende do cumprimento dos pressupostos do artigo 25, do Código Penal, segundo o qual *"entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem"*.

Analisando o dispositivo, depreende-se que somente será excluída a ilicitude da conduta se o agente repele agressão injusta atual ou iminente a direito seu ou de outrem.

Em outras palavras, se o agente, comprova que sofreu agressão ou estava prestes a ser agredido injustamente e a repeliu, estará ele acobertado pela excludente de ilicitude em exame.

No caso dos autos, a versão do acusado, no sentido de que desferiu golpes contra as vítimas no momento em que era agredido, encontra contraponto nas declarações de uma das vítimas, a que permaneceu com vida, assim como em alguns dos depoimentos acostados aos autos.

Diante desse contexto, compete unicamente ao Conselho de Sentença analisar os fatos e as provas e, no exercício do seu livre convencimento, acolher a tese que lhe pareça mais verossímil, pois, como é sabido, as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri não podem ser alteradas, relativamente ao mérito, pela instância *ad quem*, podendo, tão somente, dentro das hipóteses previstas no art. 593, do Código de Processo Penal, serem cassadas para que novo julgamento seja efetuado pelo Conselho de Sentença, sob pena de se usurpar a soberania do Júri.

Por ser o Tribunal do Júri um órgão colegiado composto de juízes



293

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

leigos, desprovidos de aprofundados conhecimentos acerca do conjunto de leis existentes no ordenamento jurídico pátrio, escolhidos dentre integrantes da sociedade civil para julgar o seu semelhante supostamente responsável por ofender valioso bem jurídico, senão o mais, a vida, é que a Carta Magna atribui soberania aos veredictos por ele proferidos, garantindo que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença somente por outro possa ser modificada, impedindo que a sua competência constitucionalmente atribuída seja invadida por eventuais reformas feitas por órgãos do Poder Judiciário.

Dessa forma, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos, tendo o Conselho de Sentença concluído pela procedência da acusação, sua decisão só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada da prova dos autos.

Portanto, na hipótese, não há como invalidar a decisão proferida pelos Jurados e anular o julgamento, pois não se trata de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, em que se sobrepõe o princípio da verdade real à soberania do Júri, mas sim de uma opção dos jurados, em acolher a versão ministerial em detrimento da versão defensiva.

A propósito, confira-se, no que interessa, o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONDENAÇÃO. APELO DA DEFESA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÕES CORPORAIS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO DOS JURADOS QUE ENCONTRA AMPARO NAS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. 1. Interposto recurso de apelação contra a sentença proferida pelo Tribunal do Júri sob o fundamento desta ter sido manifestamente contrária à prova



294

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

dos autos, ao órgão recursal se permite apenas a realização de um juízo de constatação acerca da existência ou não de suporte probatório para a decisão tomada pelos jurados integrantes do Conselho de Sentença, somente se admitindo a cassação do veredicto caso este seja flagrantemente desprovido de elementos mínimos de prova capazes de sustentá-lo. 2. **Existindo duas versões amparadas pelo conjunto probatório produzido nos autos, deve ser preservado o juízo feito pelos jurados que, no exercício da sua função constitucional, acolhem uma delas.** Precedentes. 3. No caso dos autos, a Corte de origem, ao negar provimento à apelação interposta pelo paciente, acentuou que a decisão proferida pelo Tribunal do Júri somente poderia ser anulada se estivesse em total dissonância com o conjunto probatório produzido durante a instrução criminal, o que não se verificaria na espécie, pois os jurados teriam julgado de acordo com as provas apresentadas, que comprovariam a autoria e a materialidade do crime pelo qual o paciente foi condenado. [...] 5. Ordem denegada. (HC 216.898/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 03/10/2012)

In casu, demonstrado está que o Tribunal Popular, ao acolher a tese da Acusação, não decidiu de forma arbitrária, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, ao contrário, apenas escolheu uma entre as versões consubstanciadas no conjunto probatório, razão pela qual não há como prosperar o pedido de anulação do julgamento.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

Apelação Criminal nº: 0114565-14.2009.8.17.0001 (0307229-9)
Comarca Origem: Recife - 2ª Vara do Júri
Apelante: Valdomiro da Silva Jardim
Apelado: Ministério Público Estadual
Relator: Des. Antônio de Melo e Lima
Procurador(a) de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Apelação Criminal interposta pela defesa do acusado **Valdomiro da Silva Jardim**, contra a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Recife, que o condenou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, IV, e art. 129, do CP, tendo o Juiz Presidente do Júri aplicado, respectivamente, as penas de 15 anos de reclusão e 06 meses de detenção

Alegando que a decisão do Conselho de Sentença foi manifestamente contrária às provas dos autos, a defesa pugna por novo julgamento, vez que o caso em tela tratou, na verdade, dos delitos de lesão corporal seguida de morte, em relação à primeira vítima, e lesão corporal simples, em relação à segunda.

Pois bem.

Compulsando os autos, verifico que o acusado foi denunciado pelos delitos de homicídio qualificado consumado (vítima Ricardo Cunha) e homicídio qualificado tentado (vítima Rafael Barbosa). Contudo, quando submetido a julgamento perante o Conselho de Sentença, restou o acusado condenado pelo delito consumado e, em relação ao tentado, houve a desclassificação

para o crime de lesão corporal, o que me leva a analisar o presente apelo apenas no que tange ao delito de homicídio consumado.

Pois bem.

Quando ouvido em juízo (fls. 171/173) e em plenário (fls. 217/218), o acusado admitiu a prática do fato, mas sustentou que agiu em legítima defesa real contra a vítima Rafael e em legítima defesa putativa, em relação à vítima Ricardo.

A vítima sobrevivente, quando ouvida (fls. 167), reconheceu o acusado como a pessoa que lhe agrediu e ceifou a vida de Ricardo e disse que o apelante, após perguntar pela pessoa de Chico, passou a desferir os golpes contra a vítima em comento, sem nada dizer.

A tia da vítima fatal, Ricardo Trajano, afirmou que viu quando o acusado desferiu o golpe contra seu sobrinho e asseverou que não houve qualquer ação que demonstrasse que o mesmo agiu amparado pela excludente da legítima defesa (fls. 168)

Sabe-se que a decisão do Tribunal do Júri só pode ser anulada quando arbitrária e totalmente divorciada do contexto probatório, o que não ocorreu no presente caso, posto que, presentes duas versões, o Conselho de Sentença pode optar por qualquer uma delas, desde que com base em elementos presentes nos autos, situação que se amolda ao processo em comento.

Neste sentido:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. FUNDAMENTAÇÃO. SISTEMA TRIFÁSICO RESPEITADO. ORDEM DENEGADA.

1. Consoante o disposto no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, caberá apelação dos julgados do Tribunal do Júri, quando for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

2. Entende-se que tal contrariedade deve ser evidente, de modo que a posição adotada pelo Júri popular não esteja embasada em qualquer elemento

probatório constante nos autos, de sorte que, para o reconhecimento da referida nulidade faz-se necessário o constrangimento patente, incontestável.

3. A desconstituição do que foi decidido pela Corte Estadual exigiria amplo e aprofundado exame de provas, procedimento vedado na estreita via deste writ.

(...).

6. Ordem denegada. (HC 160.522/MG, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), QUINTA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 04/06/2012).

Assim, restou claro que, havendo duas versões nos autos, não se podendo afirmar existir prova inequívoca, a ponto de submeter o réu a novo julgamento, de que o mesmo cometeu o delito agindo sob o manto da legítima defesa, deve prevalecer a decisão tomada pelo juiz natural da causa, no caso, o Júri.

Dessa forma, ante todo o exposto, voto pelo não provimento do apelo defensivo, mantendo íntegra a condenação de **Valdomiro da Silva Bonfim**.

É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros

Revisor